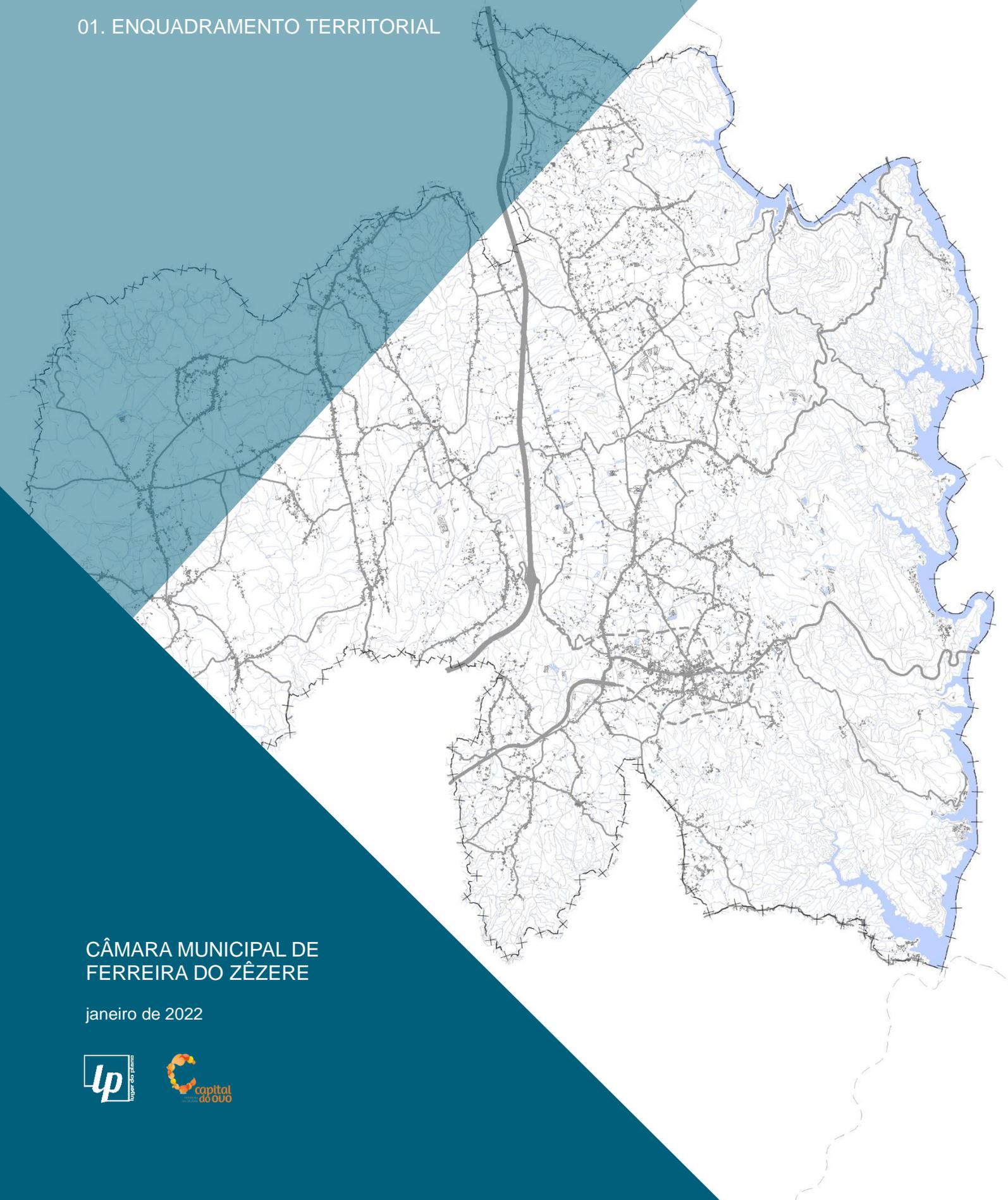


# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

01. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL



CÂMARA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE

janeiro de 2022



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

## Estudos de Caracterização e Diagnóstico

**Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere | janeiro 2022**

Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.



## ÍNDICE

1. Introdução e Âmbito .....	5
2. Localização e Enquadramento Geográfico .....	7
2.1. Caracterização Administrativa .....	7
2.2. População e Território .....	11
2.3. Atividades Económicas.....	12
2.4. Património e Cultura.....	13
2.4.1. Nota Histórica .....	13
2.4.2. Monumentos .....	14
2.4.3. Tradições Locais.....	15
2.5. Vocação Turística.....	15
3. Enquadramento Viário.....	17
3.1. Sistema Viário .....	17
3.1.1. No âmbito sub-regional e regional .....	17
3.1.2. No contexto local .....	19
3.2. Sistema Ferroviário.....	21
3.3. Sistema Aéreo .....	22
4. Equipamentos Estruturantes Regionais .....	23
5. Quadro Resumo do Enquadramento.....	25
6. Quadro de Referência Estratégico .....	27
6.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento Territorial .....	27
6.1.1. Contexto Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	29
6.1.2. Opções Estratégicas Territoriais – Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	31
6.1.3. Os espaços da Região – Oeste e Vale do Tejo.....	32
6.1.4. Oeste e Vale do Tejo – Opções para o Desenvolvimento do Território.....	33
6.2. Plano Setorial da Rede Natura 2000 .....	34
6.3. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo.....	35
6.4. Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode .....	37
6.5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.....	38
6.5.1. Visão para a Região .....	39
6.6. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste RH5.....	41
6.7. Portugal 2020 .....	43
7. Análise SWOT .....	45
8. Bibliografia.....	47

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere à escala nacional .....	7
Figura 2. Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere no distrito .....	8
Figura 3. Concelho de Ferreira do Zêzere e concelhos limítrofes .....	9
Figura 4 . Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere no Médio Tejo .....	10
Figura 5 . Património .....	14
Figura 6 . Panorâmica sobre a Albufeira de Castelo de Bode.....	16
Figura 7. Esquema da Rede Viária Regional .....	18
Figura 8. Esquema da Rede Viária Local.....	20
Figura 9. Rede Ferroviária Nacional.....	21

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Principais características por domínio de enquadramento .....	25
Quadro 2 . Análise SWOT .....	45

## ABREVIATURAS

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

PDM – Plano Diretor Municipal

PGRH – Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNA – Plano Nacional da Água

POACB – Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROT OVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000

RH5 – Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

SIC – Sítio de Interesse Comunitário

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zona de Proteção Especial

# 1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo um conhecimento, tão alargado quanto possível, da realidade do concelho de Ferreira do Zêzere e, nomeadamente, do contexto regional em que o município se insere.

Faz parte integrante do presente relatório, a Planta de Enquadramento Territorial, onde é possível observar, a uma escala apropriada, a inscrição territorial do concelho de Ferreira do Zêzere, no país e na região onde se insere.

Este documento está basicamente estruturado em duas partes: a primeira parte tem como finalidade proceder à caracterização do concelho de Ferreira do Zêzere relativamente à sua envolvente regional, tendo-se adotado a sub-região do Médio-Tejo para o efeito. Embora se assuma que as relações socioeconómicas do concelho extravasem os limites da sub-região do Médio-Tejo, trata-se seguramente da melhor referência territorial relativamente a Ferreira do Zêzere e com a mais-valia de se ter informação e dados disponíveis sistematizados. Trata-se de uma primeira parte de análise com uma componente mais descritiva e quantitativa, para se perceber assim o “posicionamento” do concelho de Ferreira do Zêzere no seu quadro regional.

A outra vertente de análise terá uma perspetiva mais substantiva, onde se pretende, depois de se ter o “quadro” do concelho na região, aferir quais as suas dinâmicas de desenvolvimento dentro desse território. Para a realização desta parte contou-se com a análise realizada no estudo: Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo, Relatório Final - Caracterização e Diagnóstico, abril 2004, TIS.PT/CEDRU, o qual mantém, relativamente à análise em questão, a sua validade.

Para além do estudo acima referido, utilizou-se como fonte o Plano de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo, Associação de Municípios do Médio Tejo – CEDRU/CISED/AGRO.GES, 2000, que vinha expressa no estudo de Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio-Tejo.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo foi estruturado com o intuito de concretizar um conjunto de apostas estratégicas fundamentais para o território em causa, pelo que é possível, perceber de forma sustentada, quais as principais perspetivas de dinâmicas de desenvolvimento que o Médio-Tejo e o concelho de Ferreira do Zêzere têm a jusante. O facto de o Plano de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo datar de 2000, não invalida a sua atualidade, pois o horizonte para a implementação das medidas estratégicas ocorre no médio, longo-prazo.



## 2. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

### 2.1. Caracterização Administrativa

O concelho localiza-se no extremo norte do ribatejo, a 150 quilómetros a norte de Lisboa e a cerca de 190 quilómetros a sul do Porto, bem no centro de Portugal. É atravessado pelo rio Zêzere no seu limite Nascente e a poucos quilómetros a sudoeste do Concelho encontram-se as Serras d'Aire e Candeeiros.

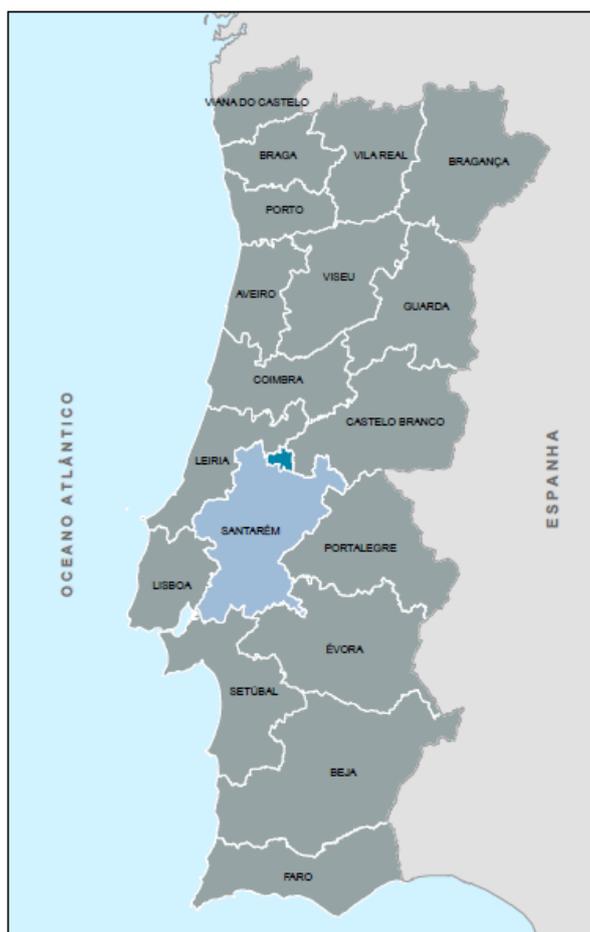


Figura 1. Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere à escala nacional

O concelho de Ferreira do Zêzere pertence ao distrito de Santarém, correspondendo a 2,8% da área do distrito. O distrito de Santarém limita a norte com o distrito de Leiria e Castelo Branco, a nascente com o distrito de Portalegre, a sul com o distrito de Évora e Setúbal a poente com o distrito de Leiria e com o distrito de Lisboa.

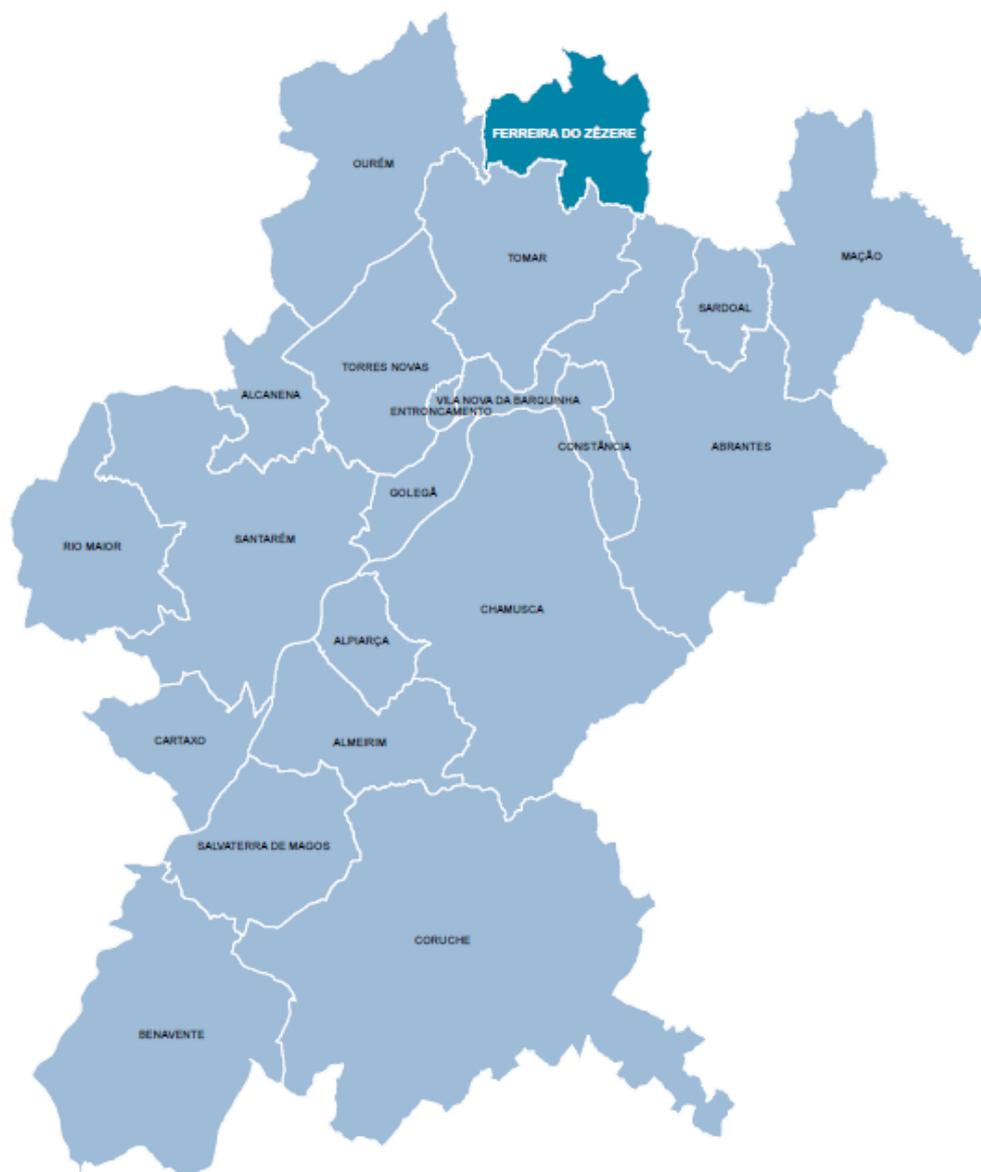


Figura 2. Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere no distrito

O concelho de Ferreira do Zêzere localiza-se no limite norte do distrito de Santarém, é limitado a norte pelo concelho de Alvaiázere e de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, a sul pelo concelho de Tomar e Abrantes, a oeste pelo concelho de Ourém e a este pelo concelho de Vila de Rei, distrito de Castelo Branco.



Figura 3. Concelho de Ferreira do Zêzere e concelhos limítrofes

O território objeto de intervenção localiza-se no limite Sul da NUT II – Região do Centro, constituindo parte integrante de uma das suas diferenciadas sub-regiões: Médio Tejo, unidade estatística, que se estende por 10 concelhos localizados no distrito de Santarém, Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Alcanena, Torres Novas, Vila Nova Barquinha, Entroncamento, Constância, Sardoal e Abrantes.

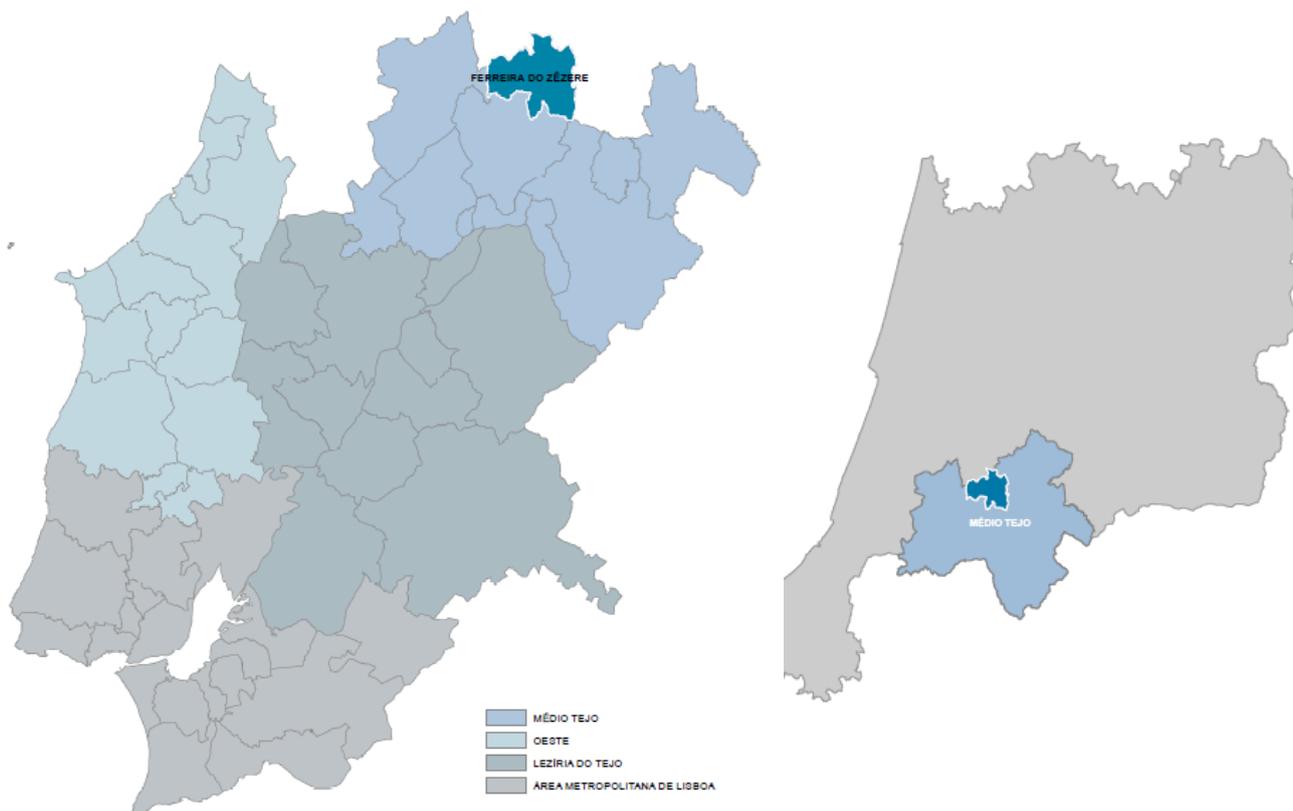


Figura 4 . Enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere no Médio Tejo

Ainda em termos administrativos, foi criada em março de 2004, a Comunidade Urbana do Médio Tejo, **CU-MT**, com o objetivo de melhor articular os serviços entre vários concelhos, composta pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. Esta Comunidade Urbana deriva em grande parte, da “pioneira” Associação de Municípios do Médio Tejo, da qual não fazia parte Mação e da qual fazia parte Ourém, pois já se possuía uma estrutura funcional.

Posteriormente, em dezembro de 2008, foi instituída a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, CIM Médio Tejo, através do Anúncio 7346/2008 de 2 de dezembro de 2008, formada pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação<sup>1</sup>, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha

De acordo com os seus estatutos, definidos no D. R. II Série, Nº 233 de 2 de dezembro de 2008, a CIM Médio Tejo tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

<sup>1</sup> Alteração Estatutária por via do Anúncio n.º 2469/2011 de 24 de fevereiro de 2011

- 1) Promoção do planeamento e gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- 2) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- 3) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- 4) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;
- 5) Assegurar a articulação das atuações entre municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:
  - a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
  - b) Redes de equipamento de saúde;
  - c) Rede educativa e de formação profissional;
  - d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
  - e) Segurança e proteção civil;
  - f) Mobilidade e transportes;
  - g) Redes de equipamentos públicos;
  - h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
  - i) Redes de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

## 2.2. População e Território

O Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere abrange uma área total de 184,9 km<sup>2</sup>, correspondente a um território administrativamente dividido em 7 freguesias: Águas Belas, União de Freguesias de Areias e Pias Beco, Chãos, Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral, Nossa Senhora do Pranto.

Os resultados dos Censos de 2011, revelaram, para Ferreira do Zêzere, um total de 8 619 habitantes e uma densidade populacional de 45,3 hab./km<sup>2</sup>. De referir que estamos perante um território que têm vindo a verificar uma tendência de redução e um progressivo envelhecimento populacional, se não vejamos, o concelho entre 2011 e 2016 viu a sua

população decrescer cerca de 6%, fixando-se nos 8 126 habitantes<sup>2</sup> em 2016 segundo o Anuário Estatístico da Região Centro. Trata-se assim de um concelho de pequena dimensão no contexto do Médio-Tejo.

O concelho apresenta um carácter marcadamente rural e disperso pois a totalidade da sua população reside em locais de até 2000 habitantes apresentando assim um nível de ruralidade, definida por ser a percentagem da população residente dispersa ou residente em lugares com 2000 habitantes ou menos, de 100%. A tipologia predominante é a habitação unifamiliar de cêrcea reduzida, entre 1 e 2 pisos.

### **2.3. Atividades Económicas**

Se do ponto de vista administrativo o concelho de Ferreira do Zêzere faz parte do distrito de Santarém, o certo é que no plano económico as suas relações são mais intensas e privilegiadas com o pólo urbano de Tomar.

A estrutura da atividade económica do concelho está essencialmente orientada para o setor terciário que representava em 2011 cerca de 60% da população ativa, enquanto que o setor secundário contava com 30% e o primário 10%.

No setor primário destaca-se a agricultura e produção animal, enquanto no setor secundário existe um predomínio das atividades ligadas à construção e a indústria transformadora particularmente ligadas ao setor: alimentar e fabricação de produtos metálicos. No setor terciário destaca-se o comércio, e as atividades de alojamento, restauração e similares.

Em termos de distribuição espacial das atividades económicas, verifica-se uma relativa concentração em termos da freguesia de Ferreira do Zêzere que, em conjunto com a freguesia contígua de Águas Belas, concentram mais de 1/3 de um terço da população residente, aí se localizando uma boa parte das unidades industriais e de atividade de comércio e serviços.

Esta sùmula das atividades económicas é de carácter genérico, devendo-se encontrar a análise económica sustentada no relatório atividades económicas.

---

<sup>2</sup> Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.

## 2.4. Património e Cultura

O património cultural, cujo conceito foi evoluindo ao longo dos tempos, poderá ser entendido como uma síntese simbólica de um conjunto de bens, manifestações, tradições, cultos, entre outros, de bens materiais e imateriais que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo-nos os elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, e permitindo nos situar em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

Localizado numa zona de transição entre a lezíria e a montanha, o concelho de Ferreira do Zêzere tem um património natural onde se destaca a albufeira e o rio Zêzere, com as suas praias fluviais, as aldeias ribeirinhas e toda a paisagem envolvente, proporcionando um espaço patrimonial de reconhecido interesse.

No seu património cultural destaque para os valores arquitetónicos classificados, mas também outro elemento seja de arquitetura civil como religiosa entre outros, sem nunca esquecer a quantidade e diversidade de valores arqueológicos que se espalham por todo o território.

Mais do que a mera experiência contemplativa, são cada vez mais as especificidades dos locais, a singularidade, as tradições e o património a atrair pessoas, constituindo-se assim num importante recurso na diversificação da oferta turística no âmbito do turismo cultural, contribuído assim para o desenvolvimento económico da região.

### 2.4.1. Nota Histórica

Em 1159, D. Afonso Henriques doa à Ordem dos Templários o termo de Cêras, que inclui cerca de metade da área do concelho. Assim pela primeira vez, é feita referência às terras de riba-Zêzere na documentação de doação. Em 1190, D. Sancho e sua mulher doam a sua herdade de Vale de Orjais a Pedro Ferreiro, um besteiro do rei, como recompensa pela sua bravura contra os mouros na defesa de Montemor-o-Novo.

Trinta e dois anos mais tarde, é atribuído foral a Vila Ferreiro por Pedro Ferreiro e Maria Vasques, A partir de 1306 passa a pertencer aos Templários. Em 1319 transita para a Ordem de Cristo, dividida em diversas comendas, células administrativas concedidas a eclesiásticos e cavaleiros de ordens militares.

D. Nuno Rodrigues, mestre desta ordem, coloca a primeira pedra para construção dos paços de Ferreira do Zêzere em 1362.

Corre o ano de 1517, quando as populações se recusam a prestar juramento em Vila de Rei e o Rei D. Manuel I termina o conflito, decidindo que Ferreira do Zêzere tenha força e pelourinho próprios. Mais tarde, em 1531, D. João III torna-a Vila. Durante o século XVI este local conhece inúmeros lugarejos devido à forte dispersão de localidades.

Ao longo dos tempos é alvo de grandes impasses no seu desenvolvimento, tais como a peste e as invasões francesas.

A configuração do atual concelho é delimitada em 1836 pela reforma administrativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães, entre 1940 e 1950.

## 2.4.2. Monumentos

No concelho de Ferreira do Zêzere, existem vários locais e monumentos a serem visitados, nomeadamente o Casario Branco sobre a Albufeira de Castelo de Bode, a Torre Pentagonal que remonta à época romana, a Igreja Matriz de Dornes de origem medieval e que ostenta a imagem de N. Sra. do Pranto e das Dores, a Igreja das Águas para os amantes de arte, as Igrejas de Areias, Bêco, Paio Mendes e Pias, entre muitas outras, todas decoradas com talhas douradas e azulejos do séc. XVII.

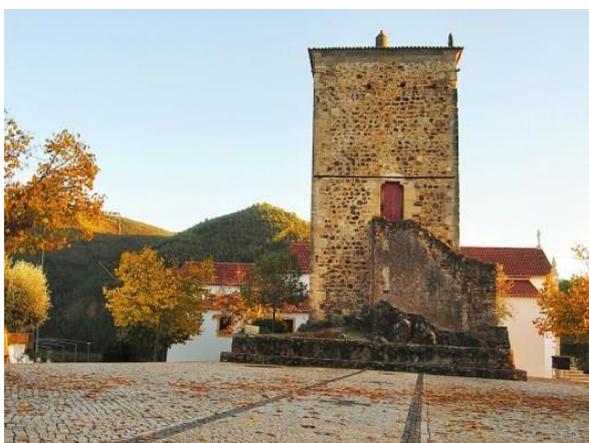


Figura 5 . Património

Fonte: [www.cm-ferreiradozezere.pt](http://www.cm-ferreiradozezere.pt); [www.vortexmag.net](http://www.vortexmag.net), 2018

### **2.4.3. Tradições Locais**

As feiras são maioritariamente semanais e realizam-se no mercado de Ferreira do Zêzere com a venda de vestuário, às segundas-feiras e, de produtos alimentares às segundas e Sábados.

Existem várias festas no concelho: a festa anual de S. Brás, a 3 de fevereiro; a festa anual de 13 de junho; a festa anual de Sto. António que se realiza a 17 de julho, no Beco; a festa do Beco, a 19 de julho; a festa anual do Queijo na quinta-feira de Ascensão e domingo de Pascoela, em Areias; a festa anual de S. Miguel, nos dias 28 e 29 de setembro e a mais famosa, a romaria de N. Sra. do Pranto, em Dornes, no domingo de Pentecostes.

A freguesia do Beco possui excelentes condições edafo-climáticas em relação aos concelhos limítrofes, as quais permitem o cultivo de diversos tipos de fruteiras de que se destacam macieiras e cerejeiras. Dado a procura, em especial da cereja, destaca-se a realização da feira tradicional dedicada à cereja.

O feriado municipal é a 13 de junho. A nível de artesanato são realizados trabalhos em barro, verga e vime, mantas de trapos e de lã, colchas e toalhas tecidas em teares manuais e peças em madeira.

## **2.5. Vocação Turística**

O turismo assume-se na atualidade como um fenómeno à escala global, com base num conjunto diversificado de recursos, sejam naturais, culturais, patrimoniais, sociais, económicos, tornando-se um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e do país, salvaguardando a proteção e conservação do ambiente.

Em termos de enquadramento do concelho de Ferreira do Zêzere no contexto turístico nacional, integra a Região de Turismo do Centro.

À cabeça dos pontos fortes do concelho, percorrido pelo rio Zêzere que lhe deu o nome, surgem as potencialidades turísticas, com destaque para a beleza paisagística, a albufeira do Castelo de Bode e seu esplêndido Lago Azul, o património histórico-cultural e a gastronomia. O concelho tem nestes elementos as suas grandes potencialidades de desenvolvimento turístico.



**Figura 6 . Panorâmica sobre a Albufeira de Castelo de Bode**  
Fonte: [www.cm-ferreiradozezere.pt](http://www.cm-ferreiradozezere.pt), 2018

Esta temática merece particular interesse no concelho e na região, devendo ser argumento de uma análise mais aprofundada no decorrer da elaboração da revisão do PDM. No relatório biofísico, a questão do turismo surge transversalmente à análise realizada, uma vez que são as próprias “informações” retiradas da análise ao substrato biofísico, que nos fornecem, pelo menos, a plataforma de atuação, de uma qualquer política de turismo a implementar. Além disso, a vertente do turismo terá uma análise mais aprofundada em relatório próprio.

## 3. ENQUADRAMENTO VIÁRIO

### 3.1. Sistema Viário

As vias de comunicação são um fator indispensável para atrair o desenvolvimento económico e permitir a fixação da população no território. Neste contexto, a acessibilidade, entendida como a garantia dos acessos adequados a todos os aglomerados urbanos, bem como, de boas ligações às redes viárias nacional / internacional, constituem um objetivo de política regional/local sempre prioritário para qualquer município. O presente capítulo constitui apenas um enquadramento viário do relatório da Rede Viária.

O concelho de Ferreira do Zêzere localiza-se a cerca de 160 quilómetros a Norte de Lisboa e a 180 quilómetros a Sul do Porto, bem no centro do país. Quanto às acessibilidades, o concelho de Ferreira do Zêzere é percorrido, pelo IC3/A13, pela EN 238, EN 110, ER 238 e ER 348. Para além destas, o território é ainda percorrido, em cerca de 225 quilómetros, por uma rede de estradas municipais e caminhos municipais.

#### 3.1.1. No âmbito sub-regional e regional

O concelho de Ferreira do Zêzere encontra-se situado bem no centro de Portugal. O atual modelo de desenvolvimento do país, litoralização, faz com que Ferreira do Zêzere seja uma área periférica, relativamente à estrutura viária fundamental/complementar, que serve a sub-região do Médio Tejo e a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Os seguintes itinerários principais da Rede Nacional Fundamental, segundo o Plano Rodoviário Nacional 2000, PRN 2000, assumem-se como vias rápidas de importância regional e nacional que desempenham função crucial no incremento da acessibilidade, conferindo a este território vantagens e potencialidades no quadro regional, nacional e internacional:



Figura 7. Esquema da Rede Viária Regional  
Fonte: viajar.clix.pt, 2018

IP. 1 - Itinerário Principal n.º 1 – Principal eixo longitudinal português, que se desenvolve a Oeste e exteriormente ao Concelho de Ferreira do Zêzere. Estabelece a ligação entre Valença e Castro Marim, constituindo o eixo viário por excelência do litoral português, o qual une cidades como o Porto, Aveiro, Leiria, Santarém e Lisboa, entre outras.

IP. 2 – Itinerário Principal n.º 2 – Itinerário que liga Portelo a Faro, o qual funciona como o principal eixo de distribuição do Leste de Portugal, abarcando cidades como a Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, entre outras. Embora este eixo se encontre bastante exterior ao Concelho de Ferreira do Zêzere, é de extrema importância, pois para além da ligação a várias cidades nacionais, funciona como plataforma de acesso a vias que se ligam à vizinha Espanha.

IP. 6 – Itinerário Principal n.º 6 – Eixo transversal, que passa a Sul do Concelho de Ferreira do Zêzere, o qual estabelece a ligação entre Peniche e Castelo Branco. Este itinerário reveste-se de grande importância, pois faz a união entre o IP. 1 e o IP. 2, funcionando como um importante elo de conexão entre os principais eixos de desenvolvimento do litoral e do interior do país, para além de possibilitar o acesso a cidades como Torres Novas e Abrantes.

Ainda dentro deste contexto sub-regional e regional, no que diz respeito à Rede Nacional Complementar, também de acordo com o PRN 2000, fazem parte os seguintes Itinerários Complementares:

IC. 8 - Itinerário Complementar n.º 8 – Itinerário transversal situado a Norte do Concelho que efetua a ligação entre o IC. 1 na Figueira da Foz e o IP. 2 em Castelo Branco. À semelhança do IP. 6, localizado a Sul do concelho, também esta via estabelece a ligação entre o interior e o litoral nacional, assumindo desta forma uma utilidade capital para Ferreira do Zêzere, possibilitando, nomeadamente, o acesso a Pombal.

Com os eixos até agora referenciados é possível, dentro deste quadro regional, posicionar o Concelho de Ferreira do Zêzere, no interior destes 4 eixos, IP. 1, IP. 2, IP. 6 e IC. 8, que se unem, para formar uma espécie de circuito alargado que enquadra o Concelho. Vamos assim de encontro à condição de interioridade que preconizamos para Ferreira do Zêzere e a sua marginalização em relação aos principais eixos de dinâmicas territoriais.

IC. 9 - Itinerário Complementar n.º 9 – Este eixo liga a Nazaré a Ponte de Sor, sendo particularmente importante para Ferreira do Zêzere uma vez que:

- Estabelece a ligação entre a EN 110 e o IP. 1, a partir de Tomar, Concelho que se afigura como o principal e mais acessível pólo de desenvolvimento para Ferreira do Zêzere,
- Abrange no seu traçado as localidades de Alcobaça, Batalha, Fátima, Ourém, Tomar e Abrantes, que possuem uma dinâmica de desenvolvimento, já razoável.

### **3.1.2. No contexto local**

No contexto local, existem um conjunto de eixos viários que se cruzam no concelho, e se assumem de grande importância para Ferreira do Zêzere, pela acessibilidade aos principais centros urbanos da região. Especial destaque merece o projetado IC 3, itinerário complementar, que pertence à Rede Nacional Complementar, PRN 2000. Facilitando e viabilizando as relações exteriores, as seguintes vias destacam-se pelo seu carácter e papel estruturante na distribuição dos aglomerados e na ocupação do solo, e assim, no desenvolvimento local e regional:

IC. 3/A13 - Itinerário Complementar n.º 3 – Eixo longitudinal, que atravessa o concelho a poente, em toda a sua extensão, efetua a ligação entre Coimbra, no nó de Condeixa e Setúbal, tendo como pontos de passagem, Palmela, Montijo, Salvaterra de Magos, Almeirim,

Entroncamento, Tomar e Penela. Irá assumir o papel de principal eixo local e sub-regional, regional, para Ferreira do Zêzere, uma vez que:

- Efetua a ligação entre o IC. 8, a Norte, e o IP. 6, a Sul, constituindo como que a espinha dorsal, em termos viários, de toda a região que fica limitada entre o IC. 8 e o IP.6,
- Liga Ferreira do Zêzere diretamente a Tomar, o ponto nevrálgico em termos viários e principal pólo de desenvolvimento na região,
- Origina em Tomar, a ligação ao IC. 9, o qual, para além de conduzir a várias localidades, já mencionadas, é o acesso mais direto ao IP. 1,
- Tem também a função de servir como via de trânsito local para o concelho, nomeadamente para a freguesia de Areias.

Pelas suas características, o IC 3/A13, adquire uma importância incontornável para o concelho, sendo o eixo que maior potencialidade apresenta à localização industrial e ao desenvolvimento integrado do concelho, devendo por isso, o seu traçado constituir uma aposta de otimização, dentro das possibilidades e competências do município.

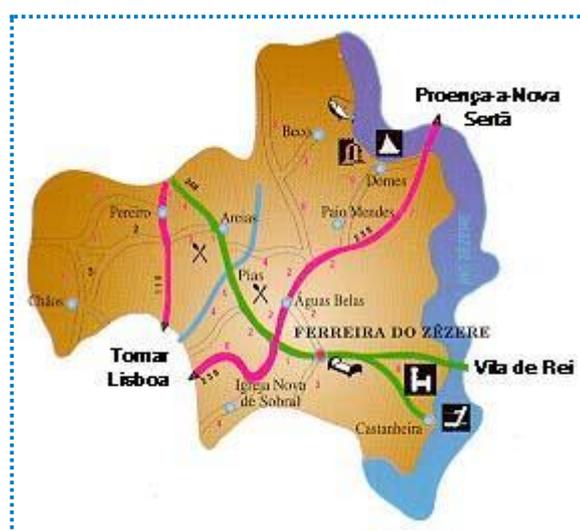


Figura 8. Esquema da Rede Viária Local

EN. 238 – Estrada Nacional n.º 238 – Estabelece a ligação desde o concelho de Tomar, IC3, e Ferreira do Zêzere, entroncamento ER 348.

EN 110 – Estrada Nacional n.º 110 – Esta via embora desclassificada encontra-se sob jurisdição da IP, entre o limite do concelho do concelho de Alvaiázere e o limite do concelho de Tomar.

**ER. 238 – Estrada Regional n.º 238** - A ER 238 que cruza todo o Concelho no sentido Norte-Sul, continuando a ser um importante eixo que estabelece a ligação entre Ferreira Do Zêzere e o concelho da Sertã.

**ER. 348 – Estrada Regional n.º 348** - A ER 348 que cruza o Concelho transversalmente sendo uma via importante de ligação ao concelho de Vila de Rei.

## 3.2. Sistema Ferroviário

Constituindo a rede de comunicação terrestre, conjuntamente com o sistema rodoviário, não pode deixar-se de relevar a importância do sistema ferroviário na acessibilidade aos principais centros urbanos regionais, nacionais e internacionais, bem como, um fator de desenvolvimento da sub-região e de Ferreira do Zêzere.



**Figura 9. Rede Ferroviária Nacional**  
Fonte: [www.infraestruturasdeportugal.pt](http://www.infraestruturasdeportugal.pt), 2018

Todavia, o concelho de Ferreira do Zêzere não dispõe de ligações ferroviária diretas. O terminal mais próximo localiza-se a 19 Km para sul, em Tomar. O ramal de Tomar estabelece a ligação à Linha do Norte em Lamarosa. No Entroncamento é possível efetuar a ligação à Linha da Beira Baixa.

### **3.3. Sistema Aéreo**

Pretendendo utilizar os transportes aéreos existe um aeródromo, com cerca de 800 metros, a Pista das Valadas, situado na localidade de Castanheira.

Em termos de transportes com maior envergadura existe a cerca de 80 Km o aeródromo de Coimbra e pretendendo ligações internacionais ter-se-á de deslocar ao aeroporto internacional de Lisboa.

## 4. EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES REGIONAIS

Realiza-se uma breve referência a alguns dos mais importantes equipamentos estruturantes sub-regionais /regionais. O critério utilizado partiu da distância em linha reta desde Ferreira do Zêzere até à sede de distrito, Santarém, o que perfaz uma distância de 60 Km. Com o centro em Ferreira do Zêzere traçou-se uma circunferência com um raio de 60 Km, englobando assim, Coimbra, Leiria e Santarém como principais polos.

- Barragem de Castelo de Bode, com a função de produção de energia e armazenamento de água assegura o abastecimento a toda a área da região de Lisboa. A sua albufeira com forte vocação turística é muito utilizada para a prática de desportos náuticos, bem como para a pesca desportiva.
- Hospitais Gerais de Coimbra, Hospital Distrital de Santarém, Centro Hospitalar do Médio Tejo, composto pelos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas.
- Estação Zootécnica Nacional Vale de Santarém – Principais Departamentos: Nutrição e Alimentação Animal, Reprodução e Fisiologia Animal, Ovinotécnia e Caprinotécnia, Bovinocultura e Monogástricos.
- Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Tomar, composto pela Escola Superior de Gestão de Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Tomar e Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, Instituto Politécnico de Santarém, composto pela Escola Superior de Gestão de Santarém, Escola Superior Agrária de Santarém, Escola Superior Educação de Santarém, Escola Superior Enfermagem de Santarém e Escola Superior Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Leiria, composto pela Escola Superior Educação de Leiria, Escola Superior Enfermagem de Leiria, Escola Superior Tecnologia e Gestão de Leiria, Escola Superior Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha e Escola Superior Tecnologia do Mar de Peniche.

De acordo como o estudo da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo, “os equipamentos de educação, saúde e lazer de nível superior concentram-se nas sedes de concelho de maior peso demográfico, como Tomar, Entroncamento, Torres Novas, Abrantes, Ourém/Fátima. A oferta de serviços e bens de nível superior potencia a atratividade destes lugares e conseqüentemente um número elevado de deslocamentos interconcelhias com origem em outros concelhos. Pelo contrário, concelhos como Ferreira do Zêzere, Sardoal, Gavião, Mação e Constância não apresentam sequer o nível adequado de funções, implicando a existência de viagens para fora do concelho.”



## 5. QUADRO RESUMO DO ENQUADRAMENTO

Em jeito de síntese, adaptou-se do estudo: *Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo*, o quadro com as principais características por domínio de enquadramento de Ferreira do Zêzere.

Quadro 1. Principais características por domínio de enquadramento

Geografia	Vias de Comunicação	Demografia	Atividades Económicas
<p>Concelho atravessado pelo principal afluente do Tejo: o rio Zêzere, integra a Albufeira de Castelo do Bode.</p> <p>Uma grande parte do território é ocupada por vastas áreas de pinhais e eucaliptais.</p>	<p>Reduzida distância – tempo ao IP6, quer através do IC3/A13, quer da EN348-EN2.</p>	<p>O Concelho perdeu cerca de 9% da sua população residente entre 2001 e 2011.</p> <p>Apenas a freguesia sede de concelho sofreu um acréscimo na última década.</p> <p>Com exceção de Ferreira do Zêzere, todos os núcleos urbanos apresentam quantitativos populacionais bastante reduzidos.</p> <p>Acréscimo populacional considerável no verão e nos fins-de-semana (existência de várias residências secundárias).</p>	<p>A base económica é dominada pelo terciário.</p> <p>Setor secundário dominado pelas empresas de transformação alimentar.</p> <p>Setor primário ligado principalmente à produção animal</p>



## 6. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico expõe as orientações de política nacional e os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de base territorial/modelos territoriais.

Para a proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, o Quadro de Referência Estratégico é composto por um conjunto de Planos e Programas de referência considerados importantes para o presente Plano, e terá como objetivo a integração das políticas nacionais e regionais no PDM que tenham relação com o mesmo.

Neste ponto encontram-se transcritos os seus objetivos bem como resumidas a caracterização que efetuam à região em que o concelho de Ferreira do Zêzere se encontra inserido.

Assim, os instrumentos identificados e analisados como orientações estratégicas para a proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere são os seguintes:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Plano sectorial da Rede Natura 2000
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode

### 6.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento Territorial

O PNPOT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, a fim de dotar o país de um instrumento detentor de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território, capaz de coordenar e articular políticas públicas.

O primeiro PNPOT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007 de 23 de novembro, aplicando-se a todo o território nacional, no continente e arquipélagos dos Açores e da Madeira. Sem prejuízo das competências próprias das Regiões Autónomas.

A visão estratégica e o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNOT, constituem os elementos de referência para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, uma vez que são estabelecidas as orientações específicas, sistematizando-as de forma a evidenciar o modo como devem ser acolhidas e concretizadas nos seguintes instrumentos:

- Programas Setoriais I PS
- Programas Especiais de Ordenamento do Território I PEOT
- Programas Regionais de Ordenamento do Território I PROT
- Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território I PIOT
- Planos Municipais de Ordenamento do Território I PMOT

No entanto, o PNPTOT foi alvo de uma avaliação em 2014, com o intuito de determinar os resultados provenientes do programa de ação e apresentar recomendações para o futuro. Face aos problemas encontrados e vertidos no diagnóstico da avaliação, foi determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, o processo de alteração.

Assim, a 5 de setembro de 2019 foi publicada em Diário da República, 1.ª série, N.º 170, a primeira revisão do PNPTOT, onde se identificaram os cinco desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

1. *Gerir os recursos naturais de forma sustentável;*
2. *Promover um sistema urbano policêntrico;*
3. *Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial;*
4. *Reforçar a conectividade interna e externa;*
5. *Promover a governança territorial.*

A revisão do PNPTOT foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

Interessa, por isso, realçar que o PNPTOT indica que o PDM deve ter os conteúdos estratégicos reforçados, em detrimento dos regulamentares, devendo ainda possuir orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Além disso, aponta-se para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais de reclassificação do solo, que evitem operações casuísticas passíveis de prejudicar a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

A necessidade de integrar as disposições relativas aos PE e PS também são mencionadas, bem como a importância de articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

Por fim, é também declarada a relevância de munir os principais centros urbanos dos respetivos Planos de Urbanização, PU, e incentivar a adoção de PU, Planos de Pormenor, PP, e Unidades de Execução, a fim de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos.

### **6.1.1. Contexto Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo é a principal área económica do País, com cerca de 1/8 do território concentra 1/3 da população e 45% do PIB, e o motor mais importante do desenvolvimento nacional. O modelo de povoamento e de urbanização da região é fortemente marcado pela formação, expansão e reorganização da Área Metropolitana de Lisboa, cujo papel estruturante extravasa os seus limites administrativos e se prolonga por espaços adjacentes polarizando funcionalmente um vasto território que vai de Leiria a Évora e a Sines.

A esta região, em particular ao seu núcleo central, nomeadamente a Área Metropolitana de Lisboa, caberá o papel mais determinante na organização do território nacional, sendo particularmente relevantes os seguintes elementos estratégicos:

- 1º A Área Metropolitana de Lisboa é uma das grandes aglomerações urbanas da Europa e, apesar da debilidade de funções supranacionais, surge bem posicionada nos rankings de âmbito europeu;
- 2º As infraestruturas de conectividade internacional, a natureza das atividades económicas, a concentração de infraestruturas de conhecimento e a qualidade dos recursos humanos tornam esta região a principal plataforma de internacionalização do País e a melhor posicionada para a atração e o desenvolvimento de funções supranacionais e permitem-lhe aspirar a um papel acrescido na organização do território europeu;

- 3º A Área Metropolitana de Lisboa dispõe de condições naturais singulares que lhe dão vantagem em termos de acessibilidade internacional e são importantes trunfos na atratividade internacional de atividades, eventos e fluxos turísticos;
- 4º A Região dispõe de um elevado potencial portuário e de acostagem, que abarca o transporte de mercadorias, o turismo o recreio e lazer e o desporto náutico, com capacidade de marcação de posição em rotas mundiais;
- 5º A futura rede ferroviária de alta velocidade irá aumentar o seu potencial de polarização e dinamização sobre o território nacional, em particular sobre a faixa costeira, enquanto a ligação a Madrid coloca o enorme desafio de desenvolver espaços de especialização que explorem sinergias e complementaridades entre as duas capitais ibéricas;
- 6º Estão em curso ou previstas importantes mudanças nos fatores de estruturação interna da região, com destaque para a construção de um novo aeroporto e para uma rede de acessibilidades que rompe com a lógica radial historicamente prevalecente, criando nós potenciadores de novas polarizações;
- 7º A desativação de unidades da indústria pesada libertou espaços que podem exigir grandes investimentos de recuperação, mas constituem, nalguns casos, excelentes oportunidades pela sua localização estratégica;
- 8º O processo de crescimento urbano continua a apoiar-se predominantemente na construção de novas habitações e em expansões urbanas cuja acessibilidade é suportada pelo automóvel privado, implicando o prosseguimento da fragmentação da forma urbana, a invasão de solos rústicos, problemas sérios de mobilidade, congestionamento e poluição e o abandono dos centros históricos;
- 9º A diversificação social tem sido acompanhada por uma lógica de crescente segregação espacial, demarcando-se as áreas dos estratos populacionais médio/alto dos bairros residenciais das populações de mais baixos rendimentos, processo agravado pelas políticas de habitação e traduzido em múltiplas situações de bairros problemáticos.

As estratégias concorrenciais de ocupação do solo têm gerado disfunções ambientais, comprometendo a qualidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. As oportunidades de desenvolvimento turístico vêm fazendo surgir projetos imobiliários/turísticos que pressionam fortemente algumas áreas de grande valia ambiental e agrícola. O fácil acesso ao crédito animou processos de especulação imobiliária e de endividamento das famílias que, a prazo,

terão efeitos nas opções residenciais e nas formas de ocupação e modos de uso do espaço urbano.

### **6.1.2. Opções Estratégicas Territoriais – Região de Lisboa e Vale do Tejo**

As suas opções estratégicas para a Região de Lisboa e Vale do Tejo passam por:

- ↳ Afirmar a região no contexto das grandes regiões capitais europeias e valorizar o seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo;
- ↳ Modernizar e reforçar a competitividade das infraestruturas de conectividade internacional marítimas e aeroportuárias;
- ↳ Inserir a região nas redes transeuropeias de alta velocidade ferroviária;
- ↳ Ordenar as atividades logísticas, dando adequada resposta aos projetos privados, e promover dois grandes centros logísticos que valorizem as capacidades do novo aeroporto, dos portos e do caminho-de-ferro;
- ↳ Criar uma rede de espaços para instalação de serviços avançados e atividades de I&D que contribuam para a afirmação da região como uma plataforma de serviços internacionais;
- ↳ Reabilitar os espaços industriais abandonados, com projetos de referência internacional nos de maior valia em termos de localização, em particular nos que permitam valorizar as qualidades cénicas do Tejo;
- ↳ Afirmar a região como destino turístico internacional, criando e qualificando as redes de equipamentos de iniciativa pública e reunindo as condições, em particular a nível do planeamento do território, para a concretização dos projetos privados de qualidade;
- ↳ Preservar o potencial agropecuário e a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas;
- ↳ Requalificar os estuários do Tejo e Sado e as frentes ribeirinhas urbanas e proteger a orla costeira;
- ↳ Proteger os espaços naturais de modo compatível com as suas aptidões para recreio e lazer e as áreas agrícolas e florestais relevantes para a sustentabilidade ecológica da região;
- ↳ Promover um modelo territorial que integre as centralidades intrametropolitanas, dê coerência a sistemas urbanos sub-regionais e valorize a concentração do desenvolvimento urbano à volta dos nós/terminais do sistema de transportes públicos;
- ↳ Construir os sistemas ambientais que colmatem os défices existentes, nomeadamente nos domínios dos efluentes e dos resíduos sólidos;
- ↳ Promover novas formas de governabilidade e governância assentes na cooperação interinstitucional, na concertação de políticas e na capacitação dos atores regionais,

tendo em conta o novo patamar de exigência decorrente do estatuto, face aos fundos estruturais comunitários, de região “competitividade” e já não de “convergência”.

### **6.1.3. Os espaços da Região – Oeste e Vale do Tejo**

Analisado o contexto estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como referidas as opções estratégicas territoriais para a mesma, constitui-se como fundamental uma análise mais fixada na sub-região do Médio Tejo, da qual faz parte integrante o concelho.

Assim, faz-se uma breve caracterização ao contexto estratégico dos espaços do Oeste e Vale do Tejo, mais especificamente à sub-região do Médio Tejo.

O espaço do Oeste e Vale do Tejo é constituído pelas NUTS do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, que terão na relação com a AML o principal elemento determinante do seu desenvolvimento.

O Médio Tejo é um espaço de transição entre o Ribatejo e a zona do Pinhal e entre o litoral e o interior, e tem no património natural e na sua posição geográfica duas importantes âncoras de desenvolvimento.

É um espaço estratégico para o abastecimento de água à região de Lisboa, a partir do Zêzere e da Albufeira de Castelo do Bode. O Tejo, o Zêzere e o Nabão relevam a importância desta sub-região para a gestão dos recursos hídricos nacionais. As disponibilidades de água foram determinantes para a sua base industrial e é na grave poluição de alguns cursos de água que se colocam os mais sérios problemas ambientais.

Economicamente, o Médio Tejo tem uma clara especialização industrial, assente no cluster da madeira/papel, nos curtumes, na cerâmica de construção, no setor automóvel e alimentar. Mas a indústria representa apenas 1/5 do valor acrescentado bruto desta sub-região, e não se perspetiva que venha a dar um contributo superior para o crescimento desta unidade territorial. Deverão ser os serviços a constituir o principal dinamizador do desenvolvimento, com relevo para o turismo, transportes e funções logísticas.

O conjunto dos territórios Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo é, tradicionalmente, estruturado por dois grandes eixos radioconcêntricos, convergentes em Lisboa. O eixo definido pela A8 e Linha do Oeste articula os aglomerados urbanos de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobaça. Com maior dinamismo, o eixo Vila Franca de Xira/Cartaxo/Santarém, com prolongamento para o Médio Tejo, apoia-se sobre a A1 e a Linha do Norte e apresenta-se

crescentemente integrado na dinâmica funcional comandada por Lisboa. Contudo, verifica-se que a tradicional separação pelo sistema montanhoso Montejunto/Aires/Candeeiros tende a atenuar-se com as novas acessibilidades transversais A15/IC10/IC11 e IC9, criando oportunidades para reforço das interdependências entre o sistema urbano do Oeste, Rio Maior e o eixo Santarém/Vila Franca de Xira.

O Médio Tejo é um espaço de bifurcação de grandes infraestruturas nacionais de comunicação. Mas as potencialidades como espaço de localização de indústria e atividades logísticas acabam por não se poderem afirmar pelo fraco peso específico das regiões do interior a que ligam os eixos que aqui têm a sua origem.

#### **6.1.4. Oeste e Vale do Tejo – Opções para o Desenvolvimento do Território**

Apesar das opções para o Desenvolvimento do Território Oeste e Vale do Tejo, expressas no PNPOP, serem gerais para este espaço global, deverá Ferreira do Zêzere, conseguir, de forma seletiva, integrar as suas opções estratégicas.

As Opções para o Desenvolvimento do Território do Oeste e Vale do Tejo passam por:

- ↘ Desenvolver as aptidões para as atividades logísticas, principalmente no eixo Vila Franca/Cartaxo/Santarém, definindo os espaços, apoiando iniciativas e promovendo as infraestruturas;
- ↘ Valorizar o papel de charneira inter-regional, e o potencial de localização de atividades logísticas, do polígono urbano Tomar - Torres Novas - Entroncamento - Abrantes, articulando com o litoral, com a Beira Interior e o Alto Alentejo;
- ↘ Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro sub-sistemas: o eixo Torres Vedras - Caldas da Rainha - Alcobaça, o eixo Vila Franca - Carregado/Azambuja - Cartaxo - Santarém, o eixo Almeirim/Santarém – Rio Maior - Caldas da Rainha e o polígono Tomar – Torres Novas - Entroncamento - Abrantes;
- ↘ Reforçar o protagonismo de Santarém, com particular atenção às infraestruturas para acolhimento de atividades intensivas em conhecimento;
- ↘ Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um pólo industrial Abrantes - Ponte de Sor em torno das indústrias de fundição, automóvel e aeronáutica;
- ↘ Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respetivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;

- ↘ Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio;
- ↘ Implementar as infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;
- ↘ Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição incontrolada de detritos e entulhos;
- ↘ Reforçar a proteção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos;
- ↘ Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural, material e imaterial, e natural.

De mencionar que o concelho de Ferreira do Zêzere integra o Arco Metropolitano de Lisboa no que concerne ao Sistema Urbano e Acessibilidades expresso no PNPT para o Continente. Neste âmbito, o concelho deverá conseguir saber aproveitar a posição geoestratégica ao nível regional, nacional e mesmo internacional.

## 6.2. Plano Setorial da Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 consiste numa rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE, Diretiva Aves, e nº 92/43/CEE, Diretiva Habitats, e tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

O município de Ferreira do Zêzere é abrangido pela Rede Natura 2000, nomeadamente pelo Zona Especial de Conservação de Sicó/Alvaiázere, PTCO0045, que se encontra caracterizado no Relatório sectorial da revisão do PDM - Suporte Físico natural.

O Plano sectorial da Rede Natura 2000 tem como função essencial estabelecer âmbito e enquadramento das medidas referentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas.

O PSRN2000, constitui assim um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, e respetivas fases posteriores de classificação – SIC e ZEC, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 66/01, de 6 de junho, determinou a elaboração do PSRN2000, de acordo com os seguintes objetivos:

- ↳ Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios
- ↳ Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- ↳ Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes no Sítios e ZPE;
- ↳ Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- ↳ Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- ↳ Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- ↳ Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

A revisão do PDM de Ferreira do Zêzere deverá integrar as orientações de gestão nas suas políticas e estratégias de desenvolvimento.

### **6.3. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo**

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, PROF, são instrumentos setoriais de gestão territorial, previstos na Lei de Bases da Política Florestal - Lei n.º 33/96, de 17 de agosto

- e regulados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro, n.º 27/2014, de 18 de fevereiro e n.º 65/2017, de 12 de junho, que estabelecem normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados.

Em virtude da ocorrência de factos relevantes, a revisão dos PROF foi determinada pela Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio, e através do Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, redefinindo-se a sua abrangência geográfica, passando de 21 PROF para 7. Assim, a revisão do PROF de Lisboa e Vale do Tejo foi aprovada através da Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 19/2019, de 12 de abril.

Neste contexto, a área de intervenção do PROF de Lisboa e Vale do Tejo agrega as áreas territoriais dos anteriores PROF da Área Metropolitana de Lisboa, do Oeste e do Ribatejo, bem como o concelho de Mação que integrava o PROF do Pinhal Interior Sul.

Como objetivos transversais, que dizem respeito às questões que pela sua importância estratégica devem ter um tratamento comum na região, identificam-se os seguintes:

- *Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;*
- *Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos;*
- *Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema;*
- *Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação;*
- *Promover a conservação do regime hídrico;*
- *Promover a melhoria da gestão florestal;*
- *Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial;*
- *Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta;*
- *Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais;*
- *Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;*
- *Promover a certificação da gestão florestal sustentável;*
- *Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas;*
- *Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais;*

- *Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal.*

Importa também referir que as sub-regiões homogéneas que integram o concelho de Ferreira do Zêzere são a Floresta dos Templários e Sicó – Alvaiázere Sul.

De reforçar ainda que o PROF de Lisboa e Vale do Tejo atualmente em vigor mantém a sua vigência até à aprovação de um novo que o venham substituir, tendo um período máximo de vigência de 20 anos, contados a partir da data da sua publicação, procurando o concelho de Ferreira do Zêzere, no seu processo de revisão do PDM, integrar este instrumento de gestão territorial na definição de estratégias de desenvolvimento municipal.

#### **6.4. Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode**

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode, POACB, abrange o plano de água e a zona de proteção, largura de 500 m contada a partir do nível de pleno armazenamento, LPA, cota 121 metros - e medida na horizontal, da albufeira de Castelo do Bode abrangendo os concelhos de Abrantes, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Sertã, Tomar e Vila de Rei.

O POACB tem a natureza de regulamento administrativo, prevalece sobre os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território e com ele devem adequar-se os programas e os projetos a realizar na sua área de intervenção. Sendo Ferreira do Zêzere abraçado por este Plano, aquando a sua justaposição, o município deve reger-se pelo mesmo de forma a não criar situações de incompatibilidade.

O ordenamento do plano de água e zona envolvente procura conciliar a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais e ecológicos e, principalmente, a preservação da qualidade da água, bem como o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio, com vista à definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território.

Constituem objetivos gerais do POACB a definição e a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos na área de intervenção, determinados por critérios de conservação da natureza e da biodiversidade.

O POACB tem por objetivos:

- ↘ Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água;
- ↘ Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;
- ↘ Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- ↘ Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa;
- ↘ Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo;
- ↘ Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
- ↘ Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização.

O concelho de Ferreira do Zêzere deve conformar-se com este Plano especial de hierarquia superior de forma a reforçar a capacidade interventora do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode.

## **6.5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo**

Os princípios, objetivos e orientações consagrados no PNPOP são desenvolvidos nos vários Planos Regionais de Ordenamento do Território, PROT, que, por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico para os PDM. No processo de elaboração e revisão articulada destes três pilares fundamentais do Sistema de Gestão Territorial, em que assenta a política de ordenamento do território e do urbanismo, cabe aos PROT uma posição de charneira fundamental.

O PROT do Oeste e Vale do Tejo, PROT OVT, visa, como instrumento de desenvolvimento territorial e de natureza estratégica, a espacialização de estratégias de desenvolvimento territorial nos territórios das NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo. Por isso, ocupa, entre o nível nacional e o nível municipal, uma posição chave para a definição das estratégias e das opções de desenvolvimento e de ordenamento regional. O PROT OVT é, pois, um instrumento privilegiado para promover a reflexão estratégica do desenvolvimento do Oeste e

do Vale do Tejo e acolher a tomada de decisão quanto às opções de desenvolvimento territorial.

O PROT-OVT tem como área de intervenção as sub-regiões do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo que, em conjunto, acolhem mais de 800 mil habitantes distribuídos por 8792 Km<sup>2</sup> e 33 municípios dos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa, a saber: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras e Vila Nova da Barquinha.

O PROT-OVT tem como finalidade a definição de um modelo territorial, como esquema de ordenamento traduzindo 'espacialmente as Opções Estratégicas de Base Territorial' e definindo 'diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território para a Região Oeste e Vale do Tejo'.

### **6.5.1. Visão para a Região**

De acordo com o PROT-OVT, o Oeste e Vale do Tejo está plenamente integrado na grande região funcional de Lisboa e a relação com a AML constitui um elemento basilar do seu desenvolvimento. Se por um lado, o Oeste e a Lezíria se apresentam como as áreas de expansão natural da AML e oferecem alternativa de localização metropolitana, por outro lado, o Médio Tejo, pela sua posição geográfica e património natural, possui importantes oportunidades de desenvolvimento. Refere ainda o PROT-OVT que esta Região é tradicionalmente estruturada por dois grandes eixos radioconcêntricos, aA8/ Linha do Oeste e A1, convergindo para Lisboa, atenuando-se a separação entre as duas sub-regiões com a criação de novas acessibilidades proporcionadas pelos eixos A15 e IC9, 10 e 11 reforçando a mobilidade interna regional.

Em síntese, a Região OVT encontra-se integrada na área de polarização funcional da Área Metropolitana de Lisboa e a proximidade e localização do OVT, relativamente à AML, representa uma disponibilidade de significativos recursos estratégicos, mas também uma vulnerabilidade à lógica de desenvolvimento e expansão metropolitanas.

As transformações operadas na AML têm um impacto relevante na coesão e competitividade do Oeste e Vale do Tejo sendo, por isso, desejável uma relação mais qualificada entre estas duas regiões e em critérios de complementaridade e de integração das suas dimensões económica, social e ambiental. Neste contexto, e no quadro da salvaguarda e valorização do

território regional, o PROT OVT promove um modelo territorial articulado com o do PROT AML, em vigor desde 2002, bem como os da Regiões Centro e Alentejo, em elaboração, assumindo-se como um documento estruturante do Oeste e Vale do Tejo.

A ambição de futuro para a Região OVT, no horizonte de 2020, está consubstanciada em opções estratégicas de base territorial estruturadas por 4 eixos estratégicos que se expressam através de grandes linhas de intervenção de base territorial. São eles:

↳ **Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização.**

Aposta determinantemente na sua abertura e qualificação para se afirmar de forma específica como espaço integrante e ativo na internacionalização da grande região de Lisboa e na afirmação como região capital com dimensão e competitividade europeia relevante.

↳ **Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental.**

O recreio, lazer e turismo integrados nos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos serão uma oportunidade para o OVT, que se afirmará como um território de lazer, de turismo cultural e residencial, em complementaridade com o principal destino turístico e de lazer do país – a Região Metropolitana de Lisboa. O turismo e o lazer deverão constituir vertentes estratégicas de um desenvolvimento baseado nos recursos próprios regionais e nas identidades territoriais fortemente marcadas pelas diferenciações históricas, culturais e paisagísticas, devendo contribuir, também, para a minimização de desequilíbrios internos à Região, nomeadamente entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo.

↳ **Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana.**

No OVT pretende-se um sistema urbano - constituído essencialmente por uma rede de centros urbanos de pequena e média dimensão – denso, qualificado e articulado, capaz de assegurar funções avançadas à Área Metropolitana de Lisboa, de potenciar as vocações e especializações regionais de forma competitiva e de consolidar as complementaridades urbanas sub-regionais. Deverá ainda inovar na relação urbano-rural, afirmando-se como território de forte densidade relacional e elevada qualidade de vida. A afirmação do OVT na Região de Polarização Metropolitana far-se-á através do desenvolvimento de redes de pólos urbanos dinâmicos, competitivos e integrados em conjuntos territoriais alargados e solidários, onde se partilham competências, infraestruturas e equipamentos.

↳ **Descobrir as novas ruralidades.**

Devido à capacidade competitiva do setor agrícola e florestal e simultaneamente à fragilidade dos territórios rurais face ao consumo de solo rural para atividades turísticas e urbanas ao nível regional, desenvolveu-se um eixo estratégico específico. Neste sentido, o PROT OVT aposta na convergência da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respetivos sistemas de agricultura de forma a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do setor agroflorestal quer das zonas rurais do OVT.

## **6.6. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste RH5**

O processo de planeamento das águas é concretizado através da elaboração e aprovação de instrumentos de planeamento, cujo alcance das medidas propostas varia de acordo com a abrangência do seu âmbito:

- a) O Plano Nacional da Água, PNA, de âmbito territorial nacional;
- b) Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica, PGRH, de âmbito territorial que abrangem as bacias hidrográficas integradas numa região hidrográfica;
- c) Os Planos Específicos de Gestão de Águas, PEGA, que são complementares dos PGRH e que podem ser de âmbito territorial, abrangendo uma sub-bacia ou uma área geográfica específica, ou de âmbito setorial, abrangendo um problema, categoria de massa de água, aspeto específico ou setor de atividade económica com interação significativa com as águas.<sup>3</sup>

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica, PGRH, enquanto instrumento de planeamento das águas, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos.

O município de Ferreira do Zêzere é abrangido pelo PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH5 que se encontra em vigor através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 29 de dezembro e respetiva republicação de 20 de setembro.

---

<sup>3</sup> Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021 – Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH5 é uma região hidrográfica intercontinental e compreende uma área total em território português de 30502 km<sup>2</sup>, integrando a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho.

O rio Tejo nasce na Serra de *Albarracín*, em Espanha a cerca de 1600 m de altitude e apresenta um comprimento de 1100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço intercontinental, definido desde a foz do rio Erges até à foz do rio Sever. Os principais afluentes do rio Tejo em território português são, os rios Erges, Pônsul, Ocreza e Zêzere, na margem direita e, os rios Sever e Sorraia, na margem esquerda. Destes afluentes merecem destaque, pela dimensão das bacias hidrográficas, o rio Zêzere, 4980 km<sup>2</sup>, e o rio Sorraia, 7520 km<sup>2</sup>, que totalizam cerca de 50% da área da bacia portuguesa.

Com a alteração da Lei da Água, através do Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, foi alterada a delimitação da RH5, passando a ser designada por Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e a integrar a bacia hidrográfica do Tejo e as bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste, as quais, no 1º ciclo do planeamento, estavam inseridas na RH4.

A RH5 engloba 103 concelhos, sendo que 73 estão totalmente englobados na região hidrográfica e 30 estão parcialmente abrangidos. A Região Hidrográfica 5 representa, em relação ao Continente, 31% da sua área, 39% da população, 48% do emprego e 57% da produção, medida pelo VAB – Valor Acrescentado Bruto.

Segundo o referido na Republicação de RCM N.º 52/2016, de 20 de setembro, o volume de água captado para usos consumptivos na RH5, estima-se em cerca de 1707 hm<sup>3</sup>/ano. A agricultura é o maior consumidor de água, sendo responsável por cerca de 69% dos volumes totais captados da região. Segue-se o setor urbano, com um peso de cerca de 23% dos volumes de água captados totais, e a indústria, com um peso de aproximadamente 4%. A produção hidroelétrica, embora sendo uma utilização não consumptiva, assume grande importância na RH5 e o seu regime de exploração afeta de forma significativa o regime hidrológico.

A análise do balanço entre as necessidades e as disponibilidades de água superficial revelou não existirem pressões elevadas respeitantes à utilização dos recursos hídricos na região, pelo menos em termos anuais. No entanto, podem ocorrer situações de escassez durante o semestre seco, caso não exista a regularização anual, que permita armazenar água nos meses de maiores disponibilidades para utilização nos meses de maiores consumos. A regularização

anual assume, por isso, um papel fundamental na gestão dos recursos hídricos, para assegurar a satisfação das necessidades de água totais da região.

## 6.7. Portugal 2020

Trata-se do acordo de parceria adotado entre Portugal e Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia Europa 2020.

Portugal vai receber 25 mil milhões de euros até 2020, para tal definiu os Objetivos Temáticos para estimular o crescimento e a criação de Emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e os resultados esperados com estes financiamentos:

- Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis
- Incremento das exportações
- Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo
- Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos
- Redução dos níveis de abandono escolar precoce
- Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social
- Promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos
- Reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade
- Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, são os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020

Merece ainda destaque a Estratégia de Investigação e Inovação de Portugal para uma Especialização Inteligente nas suas componentes Nacional e Regionais: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, que identifica as grandes apostas estratégicas inteligentes, que são temas com especialização científica, tecnológica e económica, nos quais Portugal e as suas regiões detêm vantagens comparativas e competitivas ou que revelaram potencial de emergir como tais. O alinhamento com essas estratégias constitui obrigatoriedade na concretização dos investimentos do Portugal 2020 em Investigação, Desenvolvimento

tecnológico e Inovação - OT 1 - e prioridade noutros casos, como por exemplo, no âmbito dos apoios à competitividade das PME - OT 3 -.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos: - Competitividade e Internacionalização; - Inclusão Social e Emprego; - Capital Humano; - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Considera, ainda, os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

## 7. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT sistematiza o breve enquadramento realizado, cruzando as fraquezas e as forças do concelho bem como as ameaças e as oportunidades que o concelho tem para o seu desenvolvimento integrado e sustentável.

Quadro 2 . Análise SWOT

<b>Ferreira do Zêzere</b>			
<b>Fraquezas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Território em processo de desertificação</li> <li>▪ Baixos níveis de escolaridade</li> <li>▪ Desemprego e estagnação</li> <li>▪ Base económica produtiva em crise: setor agrícola com perda de importância</li> <li>▪ Tecido empresarial pouco diversificado</li> <li>▪ Escasso dinamismo e espírito empreendedor</li> <li>▪ Matriz de povoamento rural disperso</li> <li>▪ Insuficiência de transportes públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localização estratégica no espaço de transição entre o litoral e o interior</li> <li>▪ Boas acessibilidades externas dadas pelo IC3/A13</li> <li>▪ Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais e albufeira</li> <li>▪ Património Natural e Biodiversidade (Sítio PTCON 0045 – Sicó/Alvaiázere, Albufeira de Castelo de Bode e do Rio Zêzere)</li> <li>▪ Diversidade e regularidade de atividades culturais, associativas e desportivas</li> <li>▪ Aldeias ribeirinhas enquanto fator de atração</li> <li>▪ Recursos associados ao Turismo de Natureza</li> <li>▪ Intervenções ao nível da requalificação urbana</li> <li>▪ Ferreira do Zêzere “Capital do OVO”</li> </ul>	<b>Forças</b>
<b>Ameaças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conjuntura económica nacional</li> <li>▪ Posição geográfica de transição contrariada pela evolução socioeconómica com características de interioridade</li> <li>▪ Abandono das zonas mais periféricas e isoladas, e das atividades tradicionais,</li> <li>▪ Diminuição da população ativa</li> <li>▪ Peso da população idosa</li> <li>▪ Ausência de capacidade de atração de migrantes</li> <li>▪ Fraca capacidade de atração de investimentos</li> <li>▪ Falta de um plano concertado de promoção turística do concelho.</li> <li>▪ Alterações Climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conclusão da Revisão do PDM-FZ</li> <li>▪ Início de um novo quadro comunitário - PORTUGAL 2020/ PDR2020</li> <li>▪ Valorização dos produtos endógenos</li> <li>▪ Plano de Reabilitação Urbana (ARU e ORU)</li> <li>▪ Inserção em Redes e Parcerias regionais</li> <li>▪ Criação de ambiente favorável ao investimento e ao empreendedorismo (Equipamento de Apoio ao Desenvolvimento Económico)</li> <li>▪ Do potencial turístico e atividades correlacionadas: paisagem de montanha, floresta, cursos de água, albufeira de Castelo de Bode, praias fluviais, pesca desportiva, desportos náuticos, etc.</li> <li>▪ Desenvolvimento do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.</li> </ul>	<b>Oportunidades</b>



## 8. BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente, Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5). maio 2016

Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Associação de Municípios do Médio Tejo, Relatório Final - Caracterização e Diagnóstico, abril 2004, TIS.PT/CEDRU

Direção-Geral do Território. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. 2019.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo. Documento Estratégico, Capítulo A - Z, 2019.

Agência Portuguesa do Ambiente, Revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, 2003.

CCDR-LVT. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, PROT-OVT. Agosto de 2009.

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere, 2014

### Sítios da Internet

Agência Portuguesa do Ambiente. <https://www.apambiente.pt>; consultado em maio de 2020

CENTRO 2020. <http://www.centro.portugal2020.pt/>; consultado em maio de 2020

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. <http://www.cm-ferreiradozezere.pt>; consultado em maio de 2020

Direção-Geral do Território. <http://www.dgterritorio.pt/>; consultado em maio de 2020

Infraestruturas de Portugal. <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>; consultado em maio de 2020

## **lugar do plano**

gestão do território e cultura, lda



Avenida Araújo e Silva, 52  
3810-048 Aveiro



+351 234 426 985  
+351 962 054 106



lugardoplano@lugardoplano.pt



www.lugardoplano.pt